CAPÍTULO IV

TRANSFORMAÇÃO DO DINHEIRO EM CAPITAL

1. A fórmula geral do capital

A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. Produção de mercadorias e circulação desenvolvida de mercadorias, comércio, são os pressupostos históricos sob os quais ele surge. Comércio mundial e mercado mundial inauguram no século XVI a moderna história da vida do capital.

Abstraiamos o conteúdo material da circulação de mercadorias, o intercâmbio dos diferentes valores de uso, e consideremos apenas as formas econômicas engendradas por esse processo, então encontraremos como seu produto último o dinheiro. Esse produto último da circulação de mercadorias é a primeira forma de aparição do capital.

Historicamente, o capital se defronta com a propriedade fundiária, no início, em todo lugar, sob a forma de dinheiro, como fortuna em dinheiro, capital comercial e capital usurário.[221] No entanto, não se precisa remontar à história da formação do capital para reconhecer o dinheiro como a sua primeira forma de aparição. A mesma história se desenrola diariamente ante nossos olhos. Cada novo capital pisa em primeira instância o palco, isto é, o mercado, mercado de mercadorias, mercado de trabalho ou mercado de dinheiro, sempre ainda como dinheiro, dinheiro que deve transformar-se em capital por meio de determinados processos.

Dinheiro como dinheiro e dinheiro como capital diferenciam-se primeiro por sua forma diferente de circulação.

A forma direta de circulação de mercadorias é *M — D — M*,

221 A antítese entre o poder da propriedade fundiária, repousando sobre relações pessoais de servidão e senhorio, e o poder impessoal do dinheiro, está claramente captada em dois ditos franceses. *Nulle terre sans seigneur.*[*] *L'argent n'a pas de maître.*[**]
[*] "Nenhuma terra sem senhor."(N. dos T.)
[**] "O dinheiro não tem mestre."(N. dos T.)

transformação de mercadoria em dinheiro e retransformação de dinheiro em mercadoria, vender para comprar. Ao lado dessa forma, encontramos, no entanto, uma segunda, especificamente diferenciada, a forma *D — M — D*, transformação de dinheiro em mercadoria e retransformação de mercadoria em dinheiro, comprar para vender. Dinheiro que em seu movimento descreve essa última circulação transforma-se em capital, torna-se capital e, de acordo com sua determinação, já é capital.

Vejamos mais de perto a circulação *D — M — D*. Ela percorre, como a circulação simples de mercadorias, duas fases antitéticas. Na primeira fase, *D — M*, compra, o dinheiro é transformado em mercadoria. Na segunda fase, *M — D*, venda, a mercadoria é retransformada em dinheiro. A unidade de ambas as fases é, porém, o movimento global, que troca dinheiro por mercadoria e, novamente, a mesma mercadoria por dinheiro, compra mercadoria para vendê-la, ou, se não se consideram as diferenças formais entre compra e venda, compra mercadoria com o dinheiro e dinheiro com a mercadoria.[222] O resultado, em que todo o processo se apaga, é troca de dinheiro por dinheiro, *D — D*. Se com 100 libras esterlinas compro 2 000 libras de algodão e revendo as 2 000 libras de algodão por 110 libras esterlinas, então troquei afinal 100 libras esterlinas por 110 libras esterlinas, dinheiro por dinheiro.

É agora evidente que o processo de circulação *D — M — D* seria insosso e sem conteúdo caso se quisesse, por intermédio de seu rodeio, permutar o mesmo valor em dinheiro por igual valor em dinheiro, assim, por exemplo, 100 libras esterlinas por 100 libras esterlinas. Incomparavelmente mais simples e mais seguro seria o método do entesourador, que retém as suas 100 libras esterlinas em vez de expô-las ao perigo da circulação. Por outro lado, se o comerciante revende por 110 libras esterlinas o algodão comprado a 100 libras esterlinas ou se é forçado a desfazer-se dele por 100 libras esterlinas ou até mesmo por 50 libras esterlinas, em qualquer circunstância seu dinheiro descreveu um movimento próprio e original, de espécie totalmente diversa da descrita na circulação simples de mercadorias, por exemplo, nas mãos do camponês, que vende grão e, com o dinheiro obtido, compra roupas. Por enquanto, vale a característica das diferenças formais entre os ciclos *D — M — D* e *M — D — M*. Com isso há de se revelar logo a diferença de conteúdo que espreita por trás dessas diferenças formais.

Examinemos, antes de tudo, o que é comum a ambas as formas.

Ambos os ciclos se decompõem nas duas mesmas fases contrapostas, *M — D*, venda, e *D — M*, compra. Em cada uma das duas fases se confrontam os mesmos dois elementos materiais, mercadoria

222 "Com dinheiro se compram mercadorias e com mercadorias se compra dinheiro." (RIVIÈRE, Mercier de la. *L'Ordre Naturel et Essentiel des Sociétés Politiques*. p. 543.)

e dinheiro — e duas pessoas, nas mesmas máscaras de personagens econômicas, um comprador e um vendedor. Cada um dos dois ciclos é a unidade das mesmas fases contrapostas e, em ambos os casos, essa unidade é mediada pelo surgimento de três contraentes, dos quais um apenas vende, outro apenas compra, mas o terceiro alternadamente compra e vende.

O que, no entanto, separa de antemão ambos os ciclos $M - D - M$ e $D - M - D$ é a sucessão inversa das mesmas fases contrapostas de circulação. A circulação simples de mercadorias começa com a venda e termina com a compra, a circulação do dinheiro como capital começa com a compra e termina com a venda. Lá a mercadoria, aqui o dinheiro constitui o ponto de partida e o ponto de chegada do movimento. Na primeira forma é o dinheiro, no outro, inversamente, é a mercadoria que media o transcurso global.

Na circulação $M - D - M$, o dinheiro é finalmente transformado em mercadoria que seria de valor de uso. O dinheiro está, pois, definitivamente gasto. Na forma inversa, $D - M - D$, o comprador gasta dinheiro para como vendedor receber dinheiro. Com a compra, ele lança dinheiro na circulação, para retirá-lo dela novamente pela venda da mesma mercadoria. Ele libera o dinheiro só com a astuciosa intenção de apoderar-se dele novamente. Ele é, portanto, apenas adiantado.[223]

Na forma $M - D - M$, a mesma peça monetária muda duas vezes de lugar. O vendedor a recebe do comprador e paga-a adiante a outro vendedor. O processo global, que começa com o recebimento do dinheiro por mercadoria, termina com a entrega de dinheiro por mercadoria. Inversamente, na forma $D - M - D$. Não é a mesma peça monetária que muda aqui duas vezes de lugar, mas a mesma mercadoria. O comprador a recebe das mãos do vendedor e a depõe nas mãos de outro comprador. Assim como na circulação simples de mercadorias a dupla mudança de lugar da mesma peça monetária acarreta a sua transferência definitiva de uma mão para outra, assim aqui a dupla mudança de lugar da mesma mercadoria acarreta o refluxo do dinheiro a seu primeiro ponto de partida.

O refluxo do dinheiro a seu ponto de partida não depende de a mercadoria ser vendida mais cara do que ela foi comprada. Essa circunstância influi apenas na grandeza da soma de dinheiro refluente. O próprio fenômeno do refluxo ocorre assim que a mercadoria comprada é revendida, portanto o ciclo $D - M - D$ está completamente descrito. Essa é, portanto, uma diferença que salta aos olhos entre a circulação do dinheiro como capital e sua circulação como mero dinheiro.

223 "Se uma coisa é comprada para ser novamente vendida, chama-se a soma aplicada nisso de dinheiro adiantado; se comprada para não ser revendida, ela pode ser designada como gasta." (STEUART, James. *Works* etc. Edit. por General Sir James Steuart, seu filho. Londres, 1805. v. I, p. 274.)

O ciclo $M - D - M$ está percorrido completamente assim que a venda de uma mercadoria traga dinheiro que a compra de outra mercadoria novamente retira. Se ainda ocorrer refluxo de dinheiro ao seu ponto de partida, isso apenas pode ser por meio da renovação ou repetição de todo o percurso. Se vendo 1 *quarter* de grão por 3 libras esterlinas e compro roupas com essas 3 libras esterlinas, as 3 libras esterlinas estão definitivamente gastas para mim. Eu nada mais tenho a fazer com elas. Elas são do comerciante de roupas. Se, agora, vendo um segundo *quarter* de grão, então o dinheiro reflui para mim, mas não em conseqüência da primeira transação, e sim apenas em conseqüência de sua repetição. Ele se afasta novamente de mim assim que levo a cabo a segunda transação e compro de novo. Na circulação $M - D - M$, o gasto do dinheiro nada tem, pois, a ver com seu refluxo. Na circulação $D - M - D$, pelo contrário, o refluxo do dinheiro é determinado pelo modo de seu próprio gasto. Sem esse refluxo, a operação está fracassada ou o processo interrompido e ainda não acabado, porque falta a sua segunda fase, a venda, que complementa e completa a compra.

O ciclo $M - D - M$ parte do extremo de uma mercadoria e se encerra com o extremo de outra mercadoria, que sai da circulação e entra no consumo. Consumo, satisfação de necessidades, em uma palavra, valor de uso, é, por conseguinte, seu objetivo final. O ciclo $D - M - D$, pelo contrário, parte do extremo do dinheiro e volta finalmente ao mesmo extremo. Seu motivo indutor e sua finalidade determinante é, portanto, o próprio valor de troca.

Na circulação simples de mercadorias, ambos os extremos têm a mesma forma econômica. Eles são ambos mercadoria. Eles são também mercadorias de mesma grandeza de valor. Mas eles são qualitativamente valores de uso diferentes, por exemplo, grão e roupas. O intercâmbio de produtos, a mudança dos diferentes materiais em que o trabalho social se representa, constitui aqui o conteúdo do movimento. De outro modo na circulação $D - M - D$. Ela parece à primeira vista sem conteúdo porque tautológica. Ambos os extremos têm a mesma forma econômica. Eles são ambos dinheiro, portanto não-valores de uso qualitativamente diferenciados, pois dinheiro é a figura metamorfoseada das mercadorias, em que seus valores de uso específicos estão apagados. Primeiro trocar 100 libras esterlinas por algodão e, então, trocar novamente o mesmo algodão por 100 libras esterlinas, portanto, intercambiar por meio de um rodeio, dinheiro por dinheiro, o mesmo pelo mesmo, parece uma operação tão sem finalidade quanto insossa.[224]

224 "Não se troca dinheiro por dinheiro", clama Mercier de la Rivière aos mercantilistas (*Op. cit.*, p. 486). Numa obra que *ex professo** trata do "comércio" e da "especulação", lê-se: "Todo comércio consiste na troca de coisas de espécies diferentes; e o proveito" (para o comerciante?) "se origina mesmo dessa diferença. Trocar 1 libra de pão por 1 libra de pão não traria

Uma soma de dinheiro pode diferenciar-se de outra soma de dinheiro tão somente mediante sua grandeza. Portanto, o processo *D — M — D* não deve seu conteúdo a nenhuma diferença qualitativa de seus extremos, pois ambos são dinheiro, mas apenas à sua diferença quantitativa. No final, mais dinheiro é retirado da circulação do que foi lançado nele no começo. O algodão comprado por 100 libras esterlinas é, por exemplo, revendido a 100 + 10 libras esterlinas, ou 110 libras esterlinas. A forma completa desse processo é, portanto, *D — M — D'*, em que $D' = D + \Delta D$, ou seja, igual à soma de dinheiro originalmente adiantado mais um incremento. Esse incremento, ou o excedente sobre o valor original, chamo de — mais-valia (*surplus value*). O valor originalmente adiantado não só se mantém na circulação, mas altera nela a sua grandeza de valor, acrescenta mais-valia ou se valoriza. E esse movimento transforma-o em capital.

É também possível que em *M — D — M* ambos os extremos, M, M, por exemplo, grão e roupas, sejam grandezas de valor quantitativamente diferentes. O camponês pode vender seu grão acima do valor ou comprar as roupas abaixo do valor delas. Ele pode, por sua vez, ser enganado pelo comerciante de roupas. Tal diferença de valor permanece, no entanto, para essa mesma forma de circulação, puramente casual. Ela não perde simplesmente sentido e entendimento como o processo *D — M — D*, se os dois extremos, grão e roupas, por exemplo, são equivalentes. Sua igualdade de valor é aqui muito mais condição do transcurso normal.

A repetição ou renovação da venda para compra encontra, como este mesmo processo, medida e alvo num objetivo final situado fora dela, o consumo, a satisfação de determinadas necessidades. Na compra para a venda, pelo contrário, começo e término são o mesmo, dinheiro, valor de troca, e já por isso o movimento é sem fim. Sem dúvida, de *D* adveio $D + \Delta D$, das 100 libras esterlinas, 100 + 10. Mas consideradas apenas qualitativamente, 110 libras esterlinas são o mesmo que 100 libras esterlinas, ou seja, dinheiro. E consideradas quantitativamente

nenhuma vantagem (...) daí o contraste vantajoso entre comércio e jogo, sendo este apenas intercâmbio de dinheiro por dinheiro". (CORBET, Th. *An Inquiry into the Causes and Modes of the Wealth of Individuals; or the Principles of Trade and Speculation explained*". Londres, 1841. p. 5) Embora Corbet não veja que *D — D*, trocar dinheiro por dinheiro, é a forma característica de circulação não só do capital comercial, mas de todo capital, pelo menos admite que essa forma de uma espécie de comércio, da especulação, é comum ao jogo, mas então aparece MacCulloch e acha que comprar para vender seja especular, e que, portanto, a diferença entre especulação e comércio se desfaz. "Cada negócio em que uma pessoa compra um produto para revendê-lo é, de fato, uma especulação." (MACCULLOCH. *A Dictionary, Practical etc. of Commerce*. Londres, 1847. p. 1009.) Incomparavelmente mais ingênuo, Pinto, o Píndaro da Bolsa de Amsterdã: "O comércio é um jogo" (essa frase, emprestada de Locke) "e com mendigos não se pode ganhar nada. Se, durante longo tempo, se ganhasse tudo de todos, ter-se-ia, mediante acordo amigável, de devolver de novo a maior parte do lucro para novamente iniciar o jogo". (PINTO. *Traité de la Circulation et du Crédit*. Amsterdã, 1771. p. 231.)

* De cátedra. (N. dos T.)

110 libras esterlinas são uma soma tão limitada de valor quanto 100 libras esterlinas. Se as 110 libras esterlinas fossem gastas como dinheiro, deixariam de desempenhar o seu papel. Deixariam de ser capital. Retiradas de circulação, se petrificariam em tesouro e nenhum *farthing*[225] se acrescenta a elas, ainda que fiquem guardadas até o Dia do Juízo Final. Caso se trate de valorização do valor, existe então tanta necessidade da valorização de 110 libras esterlinas quanto da de 100 libras esterlinas, já que ambas são expressões limitadas do valor de troca, ambas, portanto, tendo a mesma vocação de se aproximarem da riqueza simplesmente por meio da expansão de grandeza. De fato, o valor originalmente adiantado de 100 libras esterlinas diferencia-se, por um instante, da mais-valia de 10 libras esterlinas, que lhe foi acrescentada na circulação, mas essa diferença se esvai logo de novo. No fim do processo, o que surge não é, de um lado, o valor original de 100 libras esterlinas e, do outro, a mais-valia de 10 libras esterlinas. O que surge é um valor de 110 libras esterlinas que se encontra na mesma forma adequada para começar o processo de valorização, como as 100 libras esterlinas iniciais. Dinheiro surge de novo no fim do movimento como seu início.[226] O fim de cada ciclo individual, em que a compra se realiza para a venda, constitui, portanto, por si mesmo o início de novo ciclo. A circulação simples de mercadorias — a venda para a compra — serve de meio para um objetivo final que está fora da circulação, a aproriação de valores de uso, a satisfação de necessidades. A circulação do dinheiro como capital é, pelo contrário, uma finalidade em si mesma, pois a valorização do valor só existe dentro desse movimento sempre renovado. Por isso o movimento do capital é insaciável.[227]

225 Moeda inglesa no valor de 1/4 de pêni. (N. dos T.)

226 "O capital se divide (...) em capital original e lucro, o incremento do capital (...) embora a própria práxis converta logo esse lucro novamente em capital e o coloque com este em fluxo." (ENGELS, F. "Esboço de uma Crítica da Economia Nacional". In: Anuários Teuto-Franceses. Editados por Arnold Ruge e Karl Marx, Paris, 1844, p. 99)*
* Ver v. I da edição MEW, p. 511. (n. da Ed. Alemã.)

227 Aristóteles contrapõe à Crematística a Economia. Ele parte da Economia. Enquanto arte da aquisição, ela se limita à obtenção dos bens necessários à vida e úteis ao lar e ao Estado. "A verdadeira riqueza (o αληϑινος πλουτος) consiste em tais valores de uso; pois para a boa vida, a medida suficiente dessa espécie de propriedade não é limitada. Existe, porém, uma segunda arte da aquisição chamada preferencialmente e com direito de Crematística, segundo a qual não parece existir limite à riqueza e à propriedade. O comércio de mercadorias ("η χαπηλιχη" significa literalmente comércio de retalhos, e Aristóteles usa essa forma porque nela predomina o valor de uso) não pertence por natureza à Crematística, pois aqui o valor de troca só se refere ao que é necessário a eles mesmos (compradores e vendedores). Por isso", continua ele adiante, "a forma original do comércio de mercadorias também era o escambo, mas com a sua expansão surgiu necessariamente o dinheiro. Com a invenção do dinheiro, o escambo tinha de evoluir necessariamente para χαπηλιχη, comércio de mercadorias, e este, em contradição com sua tendência original, evoluiu para a Crematística, a arte de fazer dinheiro. A Crematística distingue-se agora da Economia porque para ela a circulação é a fonte da riqueza (ποιητιχη χρηματων... δια χρηματων μεταβολης). E ela parece girar em torno do dinheiro, pois o dinheiro é o começo e o fim dessa espécie de troca (το γαρ νομισμα στοιχειον χαι περας της αλλαγης εστιν). Por isso, a riqueza, como a

Como portador consciente desse movimento, o possuidor do dinheiro torna-se capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é o ponto de partida e o ponto de retorno do dinheiro. O conteúdo objetivo daquela circulação — a valorização do valor — é sua meta subjetiva, e só enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo indutor de suas operações, ele funciona como capitalista ou capital personificado, dotado de vontade e consciência. O valor de uso nunca deve ser tratado, portanto, como meta imediata do capitalismo.[228] Tampouco o lucro isolado, mas apenas o incessante movimento do ganho.[229] Esse impulso absoluto de enriquecimento, essa caça apaixonada do valor[230] é comum ao capitalista e ao entesourador, mas enquanto o entesourador é apenas o capitalista demente, o capitalista é o entesourador racional. A multiplicação incessante do valor, pretendida pelo entesourador ao procurar salvar o dinheiro da circulação,[231] é alcançada pelo capitalista mais esperto ao entregá-lo sempre de novo à circulação.[232]

As formas autônomas, as formas dinheiro, que o valor das mercadorias assume na circulação simples mediam apenas o intercâmbio de mercadorias e desaparecem no resultado final do movimento. Na circulação $D - M - D$, pelo contrário, ambos, mercadoria e dinheiro, funcionam apenas como modos diferentes de existência do próprio valor, o dinheiro o seu modo geral, a mercadoria o seu modo particular, por assim dizer apenas camuflado, de existência.[233] Ele passa continua-

Crematística pretende, também é ilimitada. Assim como toda arte, para a qual sua meta não vale como meio, mas como finalidade última, é ilimitada, em sua aspiração, pois procura aproximar-se dela sempre mais, enquanto as artes, que só perseguem meios para fins, não são ilimitadas, já que a própria meta é o enriquecimento absoluto. A Economia, não a Crematística, tem um limite (...) a primeira intenciona algo diferente do próprio dinheiro, a outra, a sua multiplicação (...). A confusão de ambas as formas, que se sobrepõem entre si, induz alguns a ver na conservação e multiplicação do dinheiro ao infinito a finalidade última da Economia." (ARISTÓTELES. *De Rep*. Edit. Bekker, Livro Primeiro. Cap. 8 e 9 *passim*.)

228 "Mercadorias" (aqui no sentido de valores de uso) "não são a finalidade última do capitalista que comercia (...) a sua finalidade última é dinheiro." (CHALMERS, *Th. On Politic. Econ*. etc. 2ª ed., Glasgow, 1832, p. 165-166.)

229 "Ainda que o comerciante também não menospreze o lucro já alcançado, o seu olhar está, no entanto, sempre voltado para o lucro futuro." (GENOVESI, *A. Lezioni di Economia Civile* (1765). Edição dos economistas italianos de Custodi, Parte Moderna. t. VIII, p. 139.)

230 "A paixão inextinguível pelo lucro, *a auri sacra fames*,* sempre caracteriza o capitalista." (MACCULLOCH. *The Principles of Polit. Econ*. Londres, 1830. p. 179.) Naturalmente essa compreensão não impede o mesmo McCulloch e consortes, em dificuldades teóricas, por exemplo, no tratamento da superprodução, metamorfosear o mesmo capitalista em um bom cidadão, para o qual só se trata do valor de uso e que até desenvolve uma verdadeira fome de lobisomem por botas, chapéus, ovos, chitas e outras espécies de valor de uso extremamente familiares.

* A sagrada fome de ouro. (N. dos T.)

231 "Σωζειν!" ** é uma das expressões características dos gregos para entesourar. Igualmente, *to save* significa ao mesmo tempo salvar e poupar.

** "Salvar". (N. dos T.)

232 "O infinito que as coisas não têm no progredir, elas o têm no ciclo." (GALIANI. [*Op. cit*., p. 156].)

233 "Não é o material que constitui o capital, mas o valor desses materiais." (SAY, J.-B. *Traité d'Écon. Polit*. 3ª ed., Paris, 1817. t. II, p. 429.)

mente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, e assim se transforma num sujeito automático. Fixadas as formas particulares de aparição, que o valor que se valoriza assume alternativamente no ciclo de sua vida, então se obtêm as explicações: capital é dinheiro, capital é mercadoria.[234] De fato, porém, o valor se torna aqui o sujeito de um processo em que ele, por meio de uma mudança constante das formas de dinheiro e mercadoria, modifica a sua própria grandeza, enquanto mais-valia se repele de si mesmo, enquanto valor original, se autovaloriza. Pois o movimento, pelo qual ele adiciona mais-valia, é seu próprio movimento, sua valorização, portanto autovalorização. Ele recebeu a qualidade oculta de gerar valor porque ele é valor. Ele pare filhotes vivos ou ao menos põe ovos de ouro.

Como sujeito usurpador de tal processo, em que ele ora assume, ora se desfaz da forma dinheiro e da forma mercadoria, mas se conserva e se dilata nessa mudança, o valor precisa, antes de tudo, de uma forma autônoma, por meio da qual a sua identidade consigo mesmo é constatada. E essa forma ele só possui no dinheiro. Este constitui, por isso, o ponto de partida e o ponto final de todo processo de valorização. Ele era 100 libras esterlinas, agora é 110 libras esterlinas etc. Mas o próprio dinheiro vale aqui apenas como uma forma do valor, pois ele tem duas. Sem assumir a forma de mercadoria, o dinheiro não se torna capital. O dinheiro não se apresenta aqui, portanto, polemicamente contra a mercadoria, como no entesouramento. O capitalista sabe que todas as mercadorias, por mais esfarrapadas que elas pareçam ou por pior que elas cheirem, são, na verdade e na fé, dinheiro, judeus no íntimo circuncisos e além disso meios milagrosos para fazer de dinheiro mais dinheiro.

Se na circulação simples o valor das mercadorias adquire no máximo, em confronto com seu valor de uso, a forma autônoma de dinheiro, aqui ele se apresenta subitamente como uma substância em processo e semovente, para a qual mercadorias e dinheiro são ambos meras formas. Mas ainda mais. Em vez de representar relações mercantis, ele entra agora, por assim dizer, numa relação privada consigo mesmo. Ele se distingue, como valor original, de si mesmo como mais-valia, assim como Deus Pai se distingue de si mesmo como Deus Filho, e ambos são de mesma idade e constituem, de fato, uma só pessoa, pois só por meio da mais-valia de 10 libras esterlinas tornam-se as 100 libras esterlinas adiantadas capital, e assim que se tornam isso, assim que é gerado o filho e, por meio do filho, o pai, desaparece a sua diferença e ambos são unos, 110 libras esterlinas.

O valor torna-se, portanto, valor em processo, dinheiro em pro-

234 "O meio circulante (!) que é usado para fins produtivos é capital." (MACLEOD. *The Theory and Practice of Banking*. Londres, 1855. v. I, cap. 1, p. 55.) "Capital é igual a mercadorias." (MILL, James. *Elements of Pol. Econ*. Londres, 1821. p. 74.)

cesso e, como tal, capital. Ele provém da circulação, entra novamente nela, sustenta-se e se multiplica nela, retorna aumentado dela e recomeça o mesmo ciclo sempre de novo.[235] *D — D'*, dinheiro que gera dinheiro — *money which begets money* —, diz a descrição do capital na boca dos seus primeiros tradutores, os mercantilistas.

Comprar para vender, ou melhor, comprar para vender mais caro, *D — M — D'*, parece ser decerto apenas uma espécie do capital, a forma peculiar do capital comercial. Mas também o capital industrial é dinheiro, que se transforma em mercadoria e por meio da venda de mercadoria retransforma-se em mais dinheiro. Atos que ocorram eventualmente entre a compra e a venda fora da esfera da circulação nada mudam nessa forma de movimento. No capital a juros a circulação *D — M — D'* apresenta-se, afinal, abreviada, em seu resultado sem a mediação, por assim dizer em estilo lapidar, como D — D, dinheiro que é igual a mais dinheiro, valor que é maior do que ele mesmo.

De fato, portanto, *D — M — D* é a fórmula geral do capital, como aparece diretamente na esfera da circulação.

2. Contradições da fórmula geral

A forma de circulação, pela qual o dinheiro se revela como capital, contradiz todas as leis anteriormente desenvolvidas sobre a natureza da mercadoria, do valor, do dinheiro e da própria circulação. O que a distingue da circulação simples de mercadorias é a seqüência inversa dos mesmos dois processos contrapostos, venda e compra. E como poderia tal diferença puramente formal mudar por encanto a natureza desses processos?

Ainda mais. Essa inversão só existe para um dos três parceiros que comerciam uns com os outros. Como capitalista, compro mercadoria de *A* e a revendo para *B*, enquanto como simples possuidor de mercadorias vendo mercadoria para B e compro então mercadoria de *A*. Para os parceiros *A* e *B* essa diferença não existe. Eles aparecem apenas como comprador ou vendedor de mercadorias. Eu mesmo me confronto com eles, toda vez, como mero possuidor de dinheiro ou como possuidor de mercadorias, comprador ou vendedor, e apareço em ambas as seqüências defrontando-me com uma pessoa somente como comprador e com a outra somente como vendedor, com uma somente como dinheiro, com a outra somente como mercadoria; com nenhum deles como capital ou capitalista ou representante de qualquer outra coisa que fosse mais que dinheiro ou mercadoria ou que pudesse surtir qualquer outro efeito, exceto o do dinheiro ou da mercadoria. Para mim, compra de *A* e venda para *B* constituem uma seqüência. Mas a conexão entre esses dois

235 "Capital (...) valor que se multiplica permanentemente." (SISMONDI. *Nouveaux Principes d'Écon. Polit.* t. L, p. 89.)

atos existe apenas para mim. *A* não se importa com a minha transação com *B*, e *B* também não com a minha transação com *A*. Caso eu quisesse esclarecê-los quanto ao mérito particular que por meio da inversão da seqüência granjeio, eles me demonstrariam que me engano na própria seqüência e que a transação global não começou com uma compra e terminou com uma venda, mas que, inversamente, começou com uma venda e se encerrou com uma compra. De fato, meu primeiro ato, a compra, foi do ponto de vista de *A* uma venda, e meu segundo ato, a venda, foi do ponto de vista de *B* uma compra. Não satisfeitos com isso, *A* e *B* esclarecerão que toda a seqüência foi supérflua e abracadabra. *A* vai vender a mercadoria diretamente para *B*, e *B* comprá-la diretamente de *A*. Com isso, toda a transação se reduz a um ato unilateral de circulação habitual de mercadorias, da perspectiva de *A* mera venda e da perspectiva de *B* mera compra. Portanto, por meio da inversão da seqüência, nós não transcendemos a esfera da circulação simples de mercadorias, e devemos muito mais verificar se ela permite, de acordo com sua natureza, valorização do valor que nela penetra e, daí, geração de mais-valia.

Tomemos o processo de circulação numa forma em que ele se apresenta como mero intercâmbio de mercadorias. Esse é sempre o caso quando ambos os possuidores de mercadorias compram mercadorias um do outro e a balança de suas obrigações recíprocas de dinheiro se compensa no dia do pagamento. O dinheiro serve aqui como dinheiro de conta para expressar os valores das mercadorias em seus preços, mas não se confronta materialmente com as próprias mercadorias. À medida que se trata do valor de uso, é claro que ambos os permutadores podem ganhar. Ambos alienam mercadorias que lhes são inúteis como valor de uso, e recebem mercadorias de que necessitam para o seu uso. E essa vantagem pode não ser a única. *A*, que vende vinho e compra cereal, produz talvez mais vinho do que o plantador de cereal *B* poderia produzir no mesmo período de tempo de trabalho, e o plantador de cereal *B* poderia produzir no mesmo tempo de trabalho mais cereal do que o vinicultor *A*. *A* recebe, portanto, pelo mesmo valor de troca, mais cereal e *B* mais vinho do que se cada um, sem troca, tivesse de produzir vinho e cereal para si mesmo. No que se refere ao valor de uso, pode ser, portanto, dito que "a troca é uma transação em que ambas as partes ganham".[236] Com o valor de troca é diferente.

> "Um homem que possui muito vinho e nenhum cereal comercia com um homem que tem muito cereal e nenhum vinho, e entre eles

236 "L'échange est une transaction admirable dans laquelle les deux contractants gagnent — toujours (!)."* (DESTUTT DE TRACY. *Traité de la Volonté et de ses Effects*. Paris, 1826. p. 68.) O mesmo livro apareceu também como *Traité d'Éc. Pol.*

* A troca é uma transação admirável, na qual os dois contratantes ganham — sempre. (N. dos T.)

> se troca trigo no valor de 50 por um valor de 50 em vinho. Esse intercâmbio não é um aumento do valor de troca, seja para um, seja para o outro; pois cada um deles já possuía, antes do intercâmbio, um valor igual àquele que obteve por meio dessa operação."[237]

Nada muda na coisa se o dinheiro se interpõe como meio circulante entre as mercadorias e os atos de compra e venda se separam perceptivelmente.[238] O valor das mercadorias está representado em seus preços, antes que entrem na circulação, sendo, portanto, pressuposto e não resultado da mesma.[239]

Considerado abstratamente, isto é, deixando de considerar as circunstâncias que não decorrem das leis imanentes da circulação simples de mercadorias, o que ocorre nela, fora a substituição de um valor de uso por outro, nada mais é que uma metamorfose, mera mudança de forma da mercadoria. O mesmo valor, isto é, o mesmo *quantum* de trabalho social objetivado, permanece nas mãos do mesmo possuidor de mercadoria, primeiro na figura de sua mercadoria, depois na do dinheiro em que se transforma, finalmente na da mercadoria na qual esse dinheiro se retransforma. Essa mudança de forma não inclui nenhuma mudança de grandeza do valor. Mas a mudança que o valor da própria mercadoria sofre nesse processo limita-se a uma mudança da sua forma monetária. Ela existe primeiro como preço da mercadoria posta à venda, em seguida como uma soma de dinheiro, que já estava, porém, expressa no preço, finalmente como preço de uma mercadoria equivalente. Essa mudança de forma implica em si e para si tão pouco numa mudança na grandeza do valor quanto a troca de uma nota de 5 libras esterlinas por *sovereigns*, meio *sovereign* e xelins. Portanto, à medida que a circulação da mercadoria só condiciona uma mudança formal do seu valor, ela condiciona, quando o fenômeno ocorre em sua pureza, troca de equivalentes. A própria economia vulgar, por pouco que pressinta o que seja valor, supõe por isso, sempre que ela, à sua maneira, queira considerar o fenômeno em sua pureza, que procura e oferta se igualam, isto é, que seu efeito simplesmente cessa. Se, portanto, em relação ao valor de uso, ambos os permutantes podem lucrar, ambos não podem ganhar no valor de troca. Aqui significa sobretudo: "Onde há igualdade, não há lucro".[240] Mercadorias podem chegar a ser vendidas por preços que se desviam de seus valores, mas esse desvio aparece como violação da lei da troca de mercadorias.[241] Em sua figura

237 RIVIÈRE, Mercier de la. *Op. cit.*, p. 544.

238 "Que uma dessas mercadorias seja dinheiro ou que ambas sejam mercadorias comuns, nada pode ser em si mais indiferente." (RIVIÈRE, Mercier de la. *Op. cit.*, p. 543.)

239 "Sobre o valor não decidem os parceiros de contrato; ele já está fixado antes do acordo." (LE TROSNE. *Op. cit.*, p. 906.)

240 "Dove c'è egualità non c'è lucro." (GALIANI. *Della Moneta*. In: CUSTODI. Parte Moderna. t. IV, p. 244.)

241 "O intercâmbio torna-se desvantajoso para uma das partes se qualquer circunstância es-

pura, ela é uma troca de equivalentes, portanto não um meio de enriquecer em valor.[242]

Por trás das tentativas de apresentar a circulação de mercadorias como fonte de mais-valia, espreita, portanto, geralmente um qüiproqüó, uma confusão entre valor de uso e valor de troca. Assim, por exemplo, em Condillac:

> "É falso que na troca de mercadorias se troque valor igual por valor igual. Pelo contrário. Cada um dos contraentes sempre dá um valor menor por um valor maior. (...) Caso se trocassem de fato sempre valores iguais, então não haveria ganho para nenhum dos contraentes mas os dois ganham ou deveriam então ganhar. Por quê? O valor das coisas baseia-se apenas em sua relação com nossas necessidades. O que para um é mais, é menos para o outro, e vice-versa. (...) Não se pressupõe que ofereçamos à venda coisas indispensáveis ao nosso consumo. Queremos dar uma coisa inútil para nós, a fim de conseguir uma que nos é necessária; queremos dar menos por mais. (...) Era natural julgar que na troca se dê igual valor por valor igual, sempre que cada uma das coisas trocadas era igual em valor ao mesmo *quantum* de dinheiro. (...) Mas outra consideração precisa ainda entrar no cálculo; é de se perguntar se ambos trocamos um supérfluo por algo necessário".[243]

Vê-se como Condillac não só confunde valor de uso como valor de troca mas atribui de modo verdadeiramente infantil, a uma sociedade com produção desenvolvida de mercadorias, uma situação em que o produtor produz ele mesmo seus meios de subsistência e só joga na circulação o que excede sua própria necessidade, o supérfluo.[244] Apesar disso, o argumento de Condillac é repetido freqüentemente por economistas modernos, sobretudo quando se trata de apresentar a figura desenvolvida do intercâmbio de mercadorias, o comércio, como produtor de mais-valia.

"O comércio", diz-se, por exemplo, "adiciona valor aos produtos,

tranha diminui ou aumenta o preço: então a igualdade é violada, mas essa violação é acarretada por aquela causa e não pela troca." (LE TROSNE. *Op. cit.*, p. 904.)

242 "O intercâmbio é, por sua natureza, um contrato baseado na igualdade, ou seja, que ocorre entre dois valores iguais. Ele não é, portanto, um meio de se enriquecer, pois dá-se tanto quanto se recebe." (LE TROSNE. *Op. cit.*, p. 903-904.)

243 CONDILLAC. "Le Commerce et le Gouvernement" (1776). Édit. Daire et Molinari. In: *Mélanges d'Économie Politique*. Paris, 1847. p. 267-291.

244 Por isso, Le Trosne responde muito acertadamente ao seu amigo Condillac: "Na sociedade desenvolvida não existe, a rigor, nada supérfluo". Ao mesmo tempo, faz troça dele com a glosa de que "se ambos os participantes de troca recebem igualmente mais por igualmente menos, ambos recebem por igual". Como Condillac ainda não tem a mínima noção da natureza do valor de troca, é ele o fiador adequado do sr. prof. Wilhelm Roscher para os seus próprios conceitos infantis. Vejam dele: *Die Grundlagen der Nationalökonomie*.* 3ª ed., 1858.
* Os Fundamentos da Economia Política. (N. dos T.)

pois os mesmos produtos têm mais valor nas mãos dos consumidores do que nas mãos dos produtores, e deve ser, portanto, considerado estritamente (*strictly*) ato de produção."[245]

Mas não se pagam as mercadorias duplamente, uma vez seu valor de uso e outra vez seu valor. E se o valor de uso da mercadoria é mais útil ao comprador do que ao vendedor, a sua forma dinheiro é mais útil ao vendedor do que ao comprador. Se assim não fosse, iria ele vendê-la? E assim se poderia igualmente dizer que o comprador realiza estritamente (*strictly*) um "ato de produção" ao transformar, por exemplo, as meias do comerciante em dinheiro.

Se mercadorias ou mercadorias e dinheiro de igual valor de troca, portanto equivalentes, são trocados, então evidentemente ninguém tira da circulação mais do que lança nela. Então não ocorre nenhuma formação de mais-valia. Mas, em sua forma pura, o processo de circulação das mercadorias condiciona o intercâmbio de equivalentes. No entanto, as coisas na realidade não se passam de modo puro. Suponhamos, portanto, intercâmbio de não-equivalentes.

Em todo caso, no mercado de mercadorias, só possuidor de mercadorias se confronta com possuidor de mercadorias e o poder que essas pessoas exercem umas sobre as outras é somente o poder de suas mercadorias. A diferença material das mercadorias é o motivo central do intercâmbio e torna os possuidores de mercadorias reciprocamente dependentes, pois nenhum deles tem o objeto de suas próprias necessidades e cada um deles tem em suas mãos o objeto da necessidade do outro. Além dessa diferenciação material de seus valores de uso, só existe uma diferença entre as mercadorias, a diferença entre a sua forma natural e a sua forma transformada, entre mercadoria e dinheiro. E, assim, os possuidores de mercadorias só se diferenciam enquanto vendedores, possuidores de mercadoria, e enquanto compradores, possuidores de dinheiro.

Admita-se agora que seja permitido aos vendedores, por um privilégio inexplicável, vender a mercadoria acima do seu valor, a 110 quando ela vale 100, portanto com um aumento nominal de preço de 10%. O vendedor cobra, portanto, uma mais-valia de 10. Mas depois de ter sido vendedor, ele se torna comprador. Um terceiro possuidor de mercadorias encontra-o agora como vendedor e goza por sua vez do privilégio de vender a mercadoria 10% mais cara. Nosso homem ganhou 10 como vendedor para perder 10 como comprador.[246] O todo acaba redundando no fato de que todos os possuidores de mercadorias vendam reciprocamente as suas mercadorias 10% acima do valor, o

245 NEWMAN, S. P. *Elements of Polit. Econ*. Andover e Nova York, 1835. p. 175.

246 "Por meio da elevação do valor nominal do produto (...) os vendedores não ficam mais ricos (...) já que o que eles ganham como vendedores eles gastam exatamente de novo em sua qualidade de compradores." ([GRAY, J.] *The Essential Principles of the Wealth of Nations* etc. Londres, 1797. p. 66.)

que é inteiramente o mesmo que venderem as mercadorias por seus valores. Tal aumento nominal e geral do preço acarreta o mesmo efeito que se os valores das mercadorias fossem avaliados em prata em vez de em ouro. As denominações monetárias, isto é, os preços das mercadorias iriam inchar, mas as suas relações de valor ficariam inalteradas.

Suponhamos, pelo contrário, que seja privilégio do comprador comprar as mercadorias abaixo de seu valor. Aqui não é sequer necessário recordar que o comprador se torna novamente vendedor. Ele era vendedor antes de se tornar comprador. Ele já perdeu 10% como vendedor antes de ganhar 10% como comprador.[247] Tudo fica como dantes.

A formação de mais-valia e daí a transformação de dinheiro em capital não pode ser, portanto, explicada por venderem os vendedores as mercadorias acima do seu valor, nem por os compradores as comprarem abaixo do seu valor.[248]

De modo algum se simplifica o problema inserindo de contrabando nele considerações estranhas, dizendo com o Coronel Torrens:

> "A procura efetiva consiste na faculdade e propensão (!) dos consumidores, seja pela troca direta ou indireta, de dar pelas mercadorias certa porção maior de todos os ingredientes do capital do que custa a sua produção".[249]

Na circulação, produtores e consumidores só se confrontam como vendedores e compradores. Afirmar que a mais-valia para os produtores surja de que os consumidores pagam as mercadorias acima do valor significa apenas mascarar essa simples frase: o possuidor de mercadorias possui como vendedor o privilégio de vender caro demais. O vendedor produziu ele mesmo a mercadoria ou então representa seus produtores, porém o comprador produziu não menos a mercadoria representada em seu dinheiro ou representa seus produtores. Portanto, produtor se defronta com produtor. O que os distingue é que um compra e o outro vende. Não nos leva um passo adiante que o possuidor de mercadorias venda, sob o nome de produtor, a mercadoria acima de seu valor e, sob o nome de consumidor, pague demais por ela.[250]

Os representantes conseqüentes da ilusão de que a mais-valia

247 "Caso se tenha de vender por 18 *livres** uma quantidade de determinado produto que vale 24 *livres*, ao se aplicar a mesma soma de dinheiro para a compra, há de se obter também por 18 *livres* tanto quanto por 24 *livres*." (LE TROSNE. *Op. cit*., p. 897.)
* Libras (moeda). (N. dos T.)

248 "Nenhum vendedor pode, portanto, aumentar habitualmente o preço de suas mercadorias sem ter de pagar também mais caro as mercadorias dos outros vendedores; e pela mesma razão nenhum consumidor habitualmente pode comprar mais barato sem ter de diminuir igualmente o preço das mercadorias que ele vende." (RIVIÈRE, Mercier de la. *Op. cit*., p. 555.)

249 TORRENS, R. *An Essay on the Production of Wealth*. Londres, 1821. p. 349.

250 "O pensamento de que os lucros sejam pagos pelos consumidores é decerto totalmente absurdo. Quem são os consumidores?" (RAMSAY, G. *An Essay on the Distribution of Wealth*. Edimburgo, 1836. p. 183.)

se origina de um aumento nominal de preço ou do privilégio do vendedor de vender a mercadoria caro demais pressupõem, portanto, uma classe que só compra sem vender, por conseguinte, só consome sem produzir. A existência de tal classe é, do ponto de vista alcançado por nós até agora, o da circulação simples, ainda inexplicável. Mas antecipemo-nos. O dinheiro, com que tal classe continuamente compra, deve fluir continuamente dos próprios possuidores de mercadorias, sem intercâmbio, gratuitamente, por quaisquer títulos de direito e poder. Vender, a essa classe, as mercadorias acima do valor significa apenas recuperar ardilosamente em parte dinheiro dado gratuitamente.[251] Assim, as cidades da Ásia Menor pagavam um tributo anual em dinheiro à Roma Antiga. Com esse dinheiro, Roma comprava mercadorias delas e as comprava caras demais. Os asiáticos menores enganavam os romanos, sugando de volta dos conquistadores parte do tributo por meio do comércio. Mas, mesmo assim, esses asiáticos continuavam sendo depenados. Depois como antes suas mercadorias lhes eram pagas com o seu próprio dinheiro. Esse não é um método de enriquecimento ou de formação de mais-valia.

Mantenhamo-nos, portanto, dentro dos limites do intercâmbio de mercadorias, onde vendedores são compradores e compradores são vendedores. Nosso embaraço se origina talvez de que tenhamos tomado as pessoas apenas como categorias personificadas e não individualmente.

O possuidor de mercadorias *A* pode ser tão esperto que passa a perna nos seus colegas *B* e *C*, enquanto estes ficam devendo a revanche por mais boa vontade que tenham. *A* vende vinho para *B* no valor de 40 libras esterlinas e adquire em troca cereal no valor de 50 libras esterlinas. *A* converteu as suas 40 libras esterlinas em 50 libras esterlinas, fez mais dinheiro de menos dinheiro e transformou a sua mercadoria em capital. Vejamos mais de perto. Antes da troca, tínhamos vinho em mãos de *A* por 40 libras esterlinas e cereal em mãos de *B* por 50 libras esterlinas; valor global de 90 libras esterlinas. Depois da troca, temos o mesmo valor global de 90 libras esterlinas. O valor circulante não aumentou um único átomo, a sua repartição entre *A* e *B* é que se modificou. De um lado aparece como mais-valia o que do outro é menos-valia, de um lado como *plus*, do outro como *minus*. A mesma mudança teria ocorrido se *A*, sem a forma dissimuladora da troca, tivesse roubado 10 libras esterlinas diretamente de *B*. A soma dos valores circulantes não pode evidentemente ser aumentada por meio de nenhuma mudança em sua distribuição, tampouco quanto um

251 "Se a alguém falta demanda, aconselha-o o sr. Malthus a pagar a outra pessoa para que esta lhe compre as suas mercadorias?" pergunta um indignado ricardiano a Malthus, que, como seu discípulo, o padre Chalmers, diviniza economicamente a classe dos meros compradores ou consumidores. Ver *An Inquiry into those Principles, Respecting the Nature of Demand and the Necessity of Consumption, Lately Advocated by Mr. Malthus* etc. Londres, 1821. p. 55.

judeu aumenta a massa dos metais preciosos num país vendendo 1 *farthing* do tempo da rainha Ana por 1 guinéu. A totalidade da classe dos capitalistas de um país não pode tirar vantagem de si mesma.[252]

Pode-se virar e revirar como se queira, o resultado permanece o mesmo. Se equivalentes são permutados, daí não surge mais-valia, e se não-equivalentes são permutados, daí também não surge mais-valia.[253] A circulação ou o intercâmbio de mercadorias não produz valor.[254]

Entende-se daí por que, em nossa análise da forma básica do capital, da forma pela qual ele determina a organização econômica da sociedade moderna, as suas figuras populares e, por assim dizer, antediluvianas, capital comercial e capital usurário, de início permanecem totalmente fora de cogitação.

No capital comercial autêntico, a forma $D - M - D$, comprar para revender mais caro, aparece na maior pureza. Por outro lado, todo o seu movimento ocorre dentro da esfera da circulação. Mas já que é impossível explicar por meio da própria circulação a transformação de dinheiro em capital, a formação de mais-valia, o capital comercial parece impossível na medida em que se permutam equivalentes,[255] só sendo ele, portanto, dedutível do duplo prejuízo infligido aos produtores de mercadorias que compram e vendem pelo comerciante que se atravessa parasitariamente entre eles. Nesse sentido, diz Franklin: "Guerra é roubo, comércio é engodo". [256] Para que a valorização do capital comercial não seja explicada por mero engodo dos produtores de mercadorias, é preciso dispor de uma longa série de elos interme-

252 Destutt de Tracy, embora — talvez porque — *membre de l'Institut,** era de opinião contrária. Os capitalistas industriais, diz ele, obtêm os seus lucros "por venderem tudo mais caro do que custou produzi-lo. E a quem eles o vendem? Primeiro, uns aos outros". (*Op. cit.*, p. 239.)
* Membro do Instituto. — *Institut de France.* A mais elevada corporação da França, constituída por várias classes ou academias. Destutt de Tracy foi membro da Academia de Ciências Morais e Políticas. (N. da Ed. Alemã.)

253 "O intercâmbio de dois valores iguais não aumenta a massa dos valores existentes na sociedade nem a diminui. O intercâmbio de dois valores desiguais (...) também não altera nada na soma dos valores sociais, já que acrescenta à fortuna de um o que retira da do outro." (SAY, J.-B. *Op. cit.*, t. II, p. 443-444.) Say, naturalmente despreocupado quanto às conseqüências dessa frase, tomou-a quase literalmente dos fisiocratas. A maneira como ele explora os textos deles, esgotados na sua época, para o aumento do seu próprio "valor", mostra o seguinte exemplo. A "mais famosa" frase de Monsieur Say "só se pode comprar produtos com produtos" (*Op. cit.*, t. II, p. 438) reza no original fisiocrático: "produtos só se podem pagar com produtos". (LE TROSNE. *Op. cit.*, p. 899.)

254 "O intercâmbio não transfere valor de nenhuma espécie aos produtos." (WAYLAND, F. *The Elements of Pol Econ*. Boston, 1843. p. 168.)

255 "Sob o domínio de equivalentes imutáveis, o comércio seria impossível." (OPDYKE, G. *A Treatise on Polit. Economy*. Nova York, 1851. p. 66-69.) "Sob a diferença entre valor real e valor de troca jaz um fato — ou seja, que o valor de uma coisa é diferente do assim chamado equivalente que por ela é dado no comércio, isto é, que esse equivalente não é equivalente." (ENGELS, F. *Op. cit.*, p. 95-96.)*
* Ver v. I da edição *MEW*, p. 508. (N. da Ed. Alemã.)

256 FRANKLIN, Benjamin. *Works*. v. II, edit. Sparks. In: *Positions to be Examined Concerning National Wealth*. [p. 376.]

diários, que ainda falta completamente aqui onde a circulação de mercadorias e seus momentos simples constituem nosso único pressuposto.

O que vale para o capital comercial, vale ainda mais para o capital usurário. No capital comercial, os extremos, o dinheiro lançado no mercado e o dinheiro aumentado que é retirado do mercado, são ao menos mediados por compra e venda, pelo movimento da circulação. No capital usurário, a forma *D — M — D'* é reduzida aos extremos não mediados *D — D'*, dinheiro que se troca por mais dinheiro, forma que contradiz a natureza do dinheiro e, por isso, inexplicável do ponto de vista do intercâmbio de mercadorias. Daí Aristóteles:

> "Como a Crematística é dupla, uma pertencente ao comércio, a outra à Economia, a última necessária e louvável, a primeira baseada na circulação e justamente criticada (pois ela não se baseia na natureza, mas no engodo mútuo), assim também o agiota é odiado com toda justiça, porque o próprio dinheiro é aqui a fonte do ganho e não é usado de acordo com o fim para o qual ele foi inventado. Pois ele surgiu para o intercâmbio de mercadorias, mas o juro faz de dinheiro mais dinheiro. Daí também o seu nome (τοχος — juro e nascido). Pois os nascidos são semelhantes aos que os geraram. Mas o juro é dinheiro de dinheiro, de modo que, de todas as modalidades de ganho, esse é o mais antinatural".[257]

Do mesmo modo que o capital comercial, encontraremos, ao longo de nossa pesquisa, o capital a juros como forma derivada e, ao mesmo tempo, veremos por que ambos aparecem historicamente antes da moderna forma básica do capital.

Mostrou-se que a mais-valia não pode originar-se da circulação, que, portanto, em sua formação deve ocorrer algo por trás de suas costas e que nela mesma é invisível.[258] Mas pode a mais-valia originar-se de outro lugar que não da circulação? A circulação é a soma de todas as relações recíprocas[259] dos possuidores de mercadorias. Fora da mesma o possuidor de mercadoria só está ainda em relação com sua própria mercadoria. No que tange ao valor dela, a relação se limita ao fato de que ela contém um *quantum* de seu próprio trabalho medido segundo determinadas leis sociais. Esse *quantum* de trabalho se expressa na grandeza de valor de sua mercadoria e, como grandeza de valor, se representa em dinheiro de conta, num preço de, por exemplo, 10 libras esterlinas. Mas o seu trabalho não se representa no valor

257 ARISTÓTELES, *Op. cit.*, cap. 10, [p. 17].

258 "Sob as condições costumeiras do mercado, o lucro não é gerado pelo intercâmbio. Se ele não tivesse estado antes presente, tampouco poderia existir depois dessa transação." (RAMSAY. *Op. cit.*, p. 184.)

259 3ª e 4ª ed.: relações mercantis. (N. da Ed. Alemã.)

da mercadoria e num excedente acima do seu próprio valor, não num preço de 10 que seja, ao mesmo tempo, um preço de 11, não num valor que seja maior do que ele mesmo. O possuidor de mercadorias pode formar valores por meio do seu trabalho, mas não valores que se valorizem. Ele pode aumentar o valor de uma mercadoria, acrescentando, mediante novo trabalho, novo valor ao valor preexistente, por exemplo, ao fazer de couro, botas. O mesmo material tem agora mais valor porque ele contém um *quantum* maior de trabalho. A bota tem, por isso, mais valor do que o couro, mas o valor do couro permanece o que era. Ele não se valorizou, não se acrescentou uma mais-valia durante a fabricação da bota. É, portanto, impossível que o produtor de mercadorias, fora da esfera de circulação, sem entrar em contato com outros possuidores de mercadorias, valorize valor e, daí, transforme dinheiro ou mercadoria em capital.

Capital não pode, portanto, originar-se da circulação e, tampouco, pode não originar-se da circulação. Deve, ao mesmo tempo, originar-se e não se originar dela.

Um resultado duplo foi, portanto, alcançado.

A transformação do dinheiro em capital tem de ser desenvolvida com base nas leis imanentes ao intercâmbio de mercadorias de modo que a troca de equivalentes sirva de ponto de partida.[260] Nosso possuidor de dinheiro, por enquanto ainda presente apenas como capitalista larvar, tem de comprar as mercadorias por seu valor, vendê-las por seu valor e, mesmo assim, extrair no final do processo mais valor do que lançou nele. Sua metamorfose em borboleta tem de ocorrer na esfera da circulação e não tem de ocorrer na esfera da circulação. São essas as condições do problema. *Hic Rhodus, hic salta*![261]

260 De acordo com essa discussão, o leitor compreende que isso significa apenas: a formação de capital tem de ser possível também quando o preço da mercadoria seja igual ao valor da mercadoria. Ela não pode ser explicada pelo desvio dos preços das mercadorias em relação aos valores das mercadorias. Se os preços se desviam realmente dos valores, então é preciso começar por reduzi-los aos últimos, ou seja, abstrair essa circunstância como sendo casual, para ter pela frente, em sua pureza, o fenômeno da formação de capital com base no intercâmbio de mercadorias e não ser confundido em sua observação por circunstâncias secundárias, perturbadoras e estranhas ao verdadeiro decurso. Sabe-se, aliás, que essa redução não é, de modo algum, um mero procedimento científico. As constantes oscilações dos preços de mercado, o seu aumento e queda se compensam, se anulam reciprocamente e se reduzem a um preço médio como sua regra imanente. Esta constitui a estrela-guia, por exemplo, do comerciante ou do industrial, em cada empreendimento que abranja espaço de tempo maior. Ele sabe, por conseguinte, que, considerando-se um período mais longo como um todo, as mercadorias realmente não são vendidas nem abaixo nem acima, mas de acordo com o seu preço médio. Se o pensamento desinteressado fosse ao todo de seu interesse, então ele precisaria colocar o problema da formação de capital assim: como pode surgir o capital sendo os preços regulados pelo preço médio, ou seja, em última instância, pelo valor das mercadorias? Digo "em última instância" porque os preços médios não coincidem diretamente com as grandezas de valor das mercadorias, conforme acreditam A. Smith, Ricardo etc.

261 De uma fábula de Esopo em que um fanfarrão sustenta ter dado um salto prodigioso em Rodos. A ele se replicou: Aqui está Rodos, aqui salta. (N. da Ed. Alemã.)

3. Compra e venda da força de trabalho

A modificação do valor de dinheiro, que deve transformar-se em capital, não pode ocorrer neste mesmo dinheiro, pois como meio de compra e como meio de pagamento ele só realiza o preço da mercadoria que ele compra ou paga, enquanto, persistindo em sua própria forma, petrifica-se numa grandeza de valor permanentemente igual.[262] Tampouco pode a modificação originar-se do segundo ato de circulação, a revenda da mercadoria, pois esse ato apenas retransforma a mercadoria da forma natural na forma dinheiro. A modificação precisa ocorrer, portanto, com a mercadoria comprada no primeiro ato $D - M$, mas não com o seu valor, pois são trocados equivalentes, a mercadoria é paga por seu valor. A modificação só pode originar-se, portanto, do seu valor de uso enquanto tal, isto é, do seu consumo. Para extrair valor do consumo de uma mercadoria, nosso possuidor de dinheiro precisaria ter a sorte de descobrir dentro da esfera da circulação, no mercado, uma mercadoria cujo próprio valor de uso tivesse a característica peculiar de ser fonte de valor, portanto, cujo verdadeiro consumo fosse em si objetivação de trabalho, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado tal mercadoria específica — a capacidade de trabalho ou a força de trabalho.

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie.

Para que, no entanto, o possuidor de dinheiro encontre à disposição no mercado a força de trabalho como mercadoria, diversas condições precisam ser preenchidas. O intercâmbio de mercadorias não inclui em si e para si outras relações de dependência que não as originadas de sua própria natureza. Sob esse pressuposto, a força de trabalho como mercadoria só pode aparecer no mercado à medida que e porque ela é oferecida à venda ou é vendida como mercadoria por seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. Para que seu possuidor venda-a como mercadoria, ele deve poder dispor dela, ser, portanto, livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa.[263] Ele e o possuidor de dinheiro se encontram no mercado e entram em relação um com o outro como possuidores de mercadorias iguais por origem, só se diferenciando por um ser comprador e o outro, vendedor, sendo portanto ambos pessoas juridicamente iguais. O pros-

262 "Na forma de dinheiro (...) o capital não gera lucro." (RICARDO. *Princ. of Pol. Econ*. p. 267.)

263 Nas enciclopédias sobre a antiguidade clássica, pode-se ler o disparate de que no mundo antigo o capital estava plenamente desenvolvido "exceto que faltavam o trabalhador livre e o sistema de crédito". Também o sr. Mommsen, em sua *História Romana*, pratica um qüiproqüó depois do outro.

seguimento dessa relação exige que o proprietário da força de trabalho só a venda por determinado tempo, pois, se a vende em bloco, de uma vez por todas, então ele vende a si mesmo, transforma-se de homem livre em um escravo, de possuidor de mercadoria em uma mercadoria. Como pessoa, ele tem de se relacionar com sua força de trabalho como sua propriedade e, portanto, sua própria mercadoria, e isso ele só pode na medida em que ele a coloca à disposição do comprador apenas provisoriamente, por um prazo de tempo determinado, deixando-a ao consumo, portanto, sem renunciar à sua propriedade sobre ela por meio de sua alienação.[264]

A segunda condição essencial para que o possuidor de dinheiro encontre no mercado a força de trabalho como mercadoria é que seu possuidor, em lugar de poder vender mercadorias em que seu trabalho se tenha objetivado, precisa, muito mais, oferecer à venda como mercadoria sua própria força de trabalho, que só existe em sua corporalidade viva.

Para que alguém venda mercadorias distintas de sua força de trabalho ele tem de possuir naturalmente meios de produção, por exemplo, matérias-primas, instrumentos de trabalho etc. Ele não pode fazer botas sem couro. Precisa, além disso, de meios de subsistência. Ninguém, nem mesmo um músico do porvir, pode alimentar-se com produtos do futuro, portanto também não de valores de uso cuja produção não esteja concluída, e, como nos primeiros dias de sua aparição sobre o palco do mundo, o homem ainda precisa consumir a cada dia, antes

264 Diversas legislações estabeleceram por isso um máximo para o contrato de trabalho. Todos os códigos legais em países de trabalho livre regulam condições de rescisão do contrato. Em diversos países, notadamente no México (antes da Guerra Civil americana, também nos territórios arrancados ao México e, de acordo com a coisa, até a revolução de Kusa,* nas províncias do Danúbio), a escravatura se oculta sob a forma de peonagem. Por meio de adiantamentos resgatáveis em trabalho e que passam de geração em geração, não só o trabalhador individual, mas também sua família, torna-se de fato propriedade de outras pessoas e de suas famílias. Juárez tinha abolido a peonagem. O assim chamado Imperador Maximiliano restabeleceu-a mediante um decreto, que foi acertadamente denunciado na Câmara dos Representantes em Washington como decreto para o restabelecimento da escravatura no México. "De minhas específicas habilidades e possibilidades físicas e espirituais de atividade posso (...) alienar a outrem um uso limitado no tempo, porque elas por essa limitação recebem uma relação externa com minha totalidade e universalidade. Por meio da alienação de todo o meu tempo concreto pelo trabalho e da totalidade de minha produção, eu converteria em propriedade de outro o substancial da mesma, minha atividade e realidade gerais, a minha personalidade." (HEGEL *Philosophie des Rechts*. Berlim, 1840. p. 104, § 67.)

* Revolução de Kusa. Em janeiro de 1859, Alexandre Kusa foi eleito hospodar da Moldávia e pouco depois da Valáquia. Pela unificação desses dois principados danubianos, que durante muito tempo estiveram submetidos ao domínio do império otomano, criou-se um Estado unitário romeno. Kusa se colocou como meta realizar uma série de reformas democrático-burguesas. Sua política encontrou, no entanto, forte resistência dos proprietários fundiários e de certa parte da burguesia. Depois que a Assembléia Nacional, na qual os representantes dos proprietários fundiários predominavam, rejeitou o projeto de reforma agrária apresentado pelo Governo, Kusa dissolveu essa corporação reacionária. Foi proclamada uma constituição, o círculo de eleitores foi ampliado e o poder do Governo fortalecido. A reforma agrária aceita nessa nova situação política previa a abolição da servidão e a repartição da terra entre os camponeses mediante sua recompra. (N. da Ed. Alemã.)

de produzir e enquanto produz. Caso os produtos sejam produzidos como mercadorias, então precisam ser vendidos depois de produzidos, e só podem satisfazer às necessidades do produtor depois da venda. Ao tempo da produção se acresce o tempo necessário à venda.

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro precisa encontrar, portanto, o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho.

Por que esse trabalhador livre se defronta com ele na esfera da circulação é questão que não interessa ao possuidor de dinheiro, que encontra o mercado de trabalho como uma divisão específica do mercado de mercadorias. E tampouco ela nos interessa por enquanto. Nós nos ateremos ao fato na teoria assim como o possuidor de dinheiro na prática. Uma coisa, no entanto, é clara. A Natureza não produz de um lado possuidores de dinheiro e de mercadorias e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Essa relação não faz parte da história natural nem tampouco é social, comum a todos os períodos históricos. Ela mesma é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da decadência de toda uma série de formações mais antigas da produção social.

Também as categorias econômicas que observamos antes ostentam a sua marca histórica. Na existência do produto como mercadoria estão envolvidas determinadas condições históricas. Para se tornar mercadoria o produto não pode ser produzido como meio de subsistência imediato para o próprio produtor. Se tivéssemos pesquisado mais: sob que circunstâncias todos os produtos tomam ou também apenas a maioria deles toma a forma de mercadoria, então se teria descoberto que isso só ocorre com base em um modo de produção bem específico, o capitalista. Tal pesquisa não se coadunava, no entanto, com a análise da mercadoria. Produção de mercadorias e circulação de mercadorias podem ocorrer embora a grande massa de produtos, orientada diretamente ao autoconsumo, não se transforme em mercadoria e portanto o processo de produção social ainda esteja muito longe de estar dominado em toda a sua extensão e profundidade pelo valor de troca. A representação do produto como mercadoria supõe uma divisão de trabalho tão desenvolvida dentro da sociedade, que a separação entre valor de uso e valor de troca, que apenas principia no escambo direto, já se tenha completado. Tal estágio de desenvolvimento é, porém, comum às formações sócioeconômicas historicamente as mais diversas.

Ou se consideramos o dinheiro, então precisamos pressupor que a troca de mercadorias tenha atingido certo nível. As formas específicas de dinheiro, mero equivalente de mercadoria ou meio circulante ou meio de pagamento, tesouro e dinheiro mundial, apontam, de acordo

com a extensão diversa e a predominância relativa de uma ou de outra função, para estágios muito diferentes do processo de produção social. Apesar disso, de acordo com a experiência, basta uma circulação de mercadorias relativamente pouco desenvolvida para a constituição de todas essas formas. Diversamente com o capital. Suas condições históricas de existência de modo algum estão presentes na circulação mercantil e monetária. Ele só surge onde o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho no mercado, e esta é uma condição histórica que encerra uma história mundial. O capital anuncia, portanto, de antemão, uma época do processo de produção social.[265]

Essa mercadoria peculiar, a força de trabalho, tem de ser agora examinada mais de perto. Como todas as outras mercadorias, ela tem um valor.[266] Como ele é determinado?

O valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, desse artigo específico. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado *quantum* de trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho só existe como disposição do indivíduo vivo. Sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua própria reprodução ou manutenção. Para sua manutenção, o indivíduo vivo precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor. A força de trabalho só se realiza, no entanto, mediante sua exteriorização, ela só se aciona no trabalho. Por meio de sua ativação, o trabalho, é gasto, porém, determinado *quantum* de músculo, nervo, cérebro etc. humanos que precisa ser reposto. Esse gasto acrescido condiciona uma receita acrescida.[267] Se o proprietário da força de trabalho trabalhou hoje, ele deve poder repetir o mesmo processo amanhã, sob as mesmas condições de força e saúde. A soma dos meios de subsistência deve, pois, ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal. As próprias

265 O que, portanto, caracteriza a época capitalista é que a força de trabalho assume, para o próprio trabalhador, a forma de uma mercadoria que pertence a ele, que, por conseguinte, seu trabalho assume a forma de trabalho assalariado. Por outro lado, só a partir desse instante se universaliza a forma mercadoria dos produtos do trabalho.

266 "O valor de um homem é, como o de todas as outras coisas, igual ao seu preço: isso quer dizer tanto quanto é pago para o uso de sua força."(HOBBES, Th. *Leviathan*. In: *Works*. Edit. Molesworth, Londres, 1839-1844. v. III, p. 76.)

267 O *villicus* da Roma Antiga, como feitor de escravos nos trabalhos agrícolas, recebia, “por ter trabalho mais leve que o dos escravos, uma ração menor do que estes”. (MOMMSEN, Th. *Römische Geschichte*.* 1867. p. 810.)

* *História Romana*. (N. dos T.)

necessidades naturais, como alimentação, roupa, aquecimento, moradia etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, o âmbito das assim chamadas necessidades básicas, assim como o modo de sua satisfação, é ele mesmo um produto histórico e depende, por isso, grandemente do nível cultural de um país, entre outras coisas também essencialmente sob que condições, e, portanto, com que hábitos e aspirações de vida, se constituiu a classe dos trabalhadores livres.[268] Em antítese às outras mercadorias a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral. No entanto, para determinado país, em determinado período, o âmbito médio dos meios de subsistência básicos é dado.

O proprietário da força de trabalho é mortal. Se, portanto, sua aparição no mercado é para ser contínua, como pressupõe a contínua transformação de dinheiro em capital, então o vendedor da força de trabalho precisa perpetuar-se "como todo indivíduo se perpetua pela procriação".[269] As forças de trabalho subtraídas do mercado pelo desgaste e morte precisam ser continuamente substituídas ao menos por um número igual de novas forças de trabalho. A soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui, portanto, os meios de subsistência dos substitutos, isto é, dos filhos dos trabalhadores, de modo que essa *race*[270] de peculiares possuidores de mercadorias se perpetue no mercado de mercadorias.[271]

Para modificar a natureza humana geral de tal modo que ela alcance habilidade e destreza em determinado ramo de trabalho, tornando-se força de trabalho desenvolvida e específica, é preciso determinada formação ou educação, que, por sua vez, custa uma soma maior ou menor de equivalentes mercantis. Conforme o caráter mais ou menos mediato da força de trabalho, os seus custos de formação são diferentes. Esses custos de aprendizagem, ínfimos para a força de trabalho comum, entram portanto no âmbito dos valores gastos para a sua produção.

O valor da força de trabalho se resolve no valor de uma soma determinada de meios de subsistência. Ele muda, portanto, também com o valor desses meios de subsistência, isto é, com a grandeza do tempo de trabalho exigido para sua produção.

Parte dos meios de subsistência, por exemplo, alimentação, aquecimento etc., é diariamente consumida e precisa ser diariamente re-

268 Cf. THORNTON, W. Th. *Over-Population and its Remedy*. Londres, 1846.

269 Petty.

270 Raça. (N. dos T.)

271 "Seu" (do trabalho) "preço natural (...) consiste em tal quantidade de meios de subsistência e objetos de conforto, como são necessários de acordo com o clima e com os hábitos de um país para manter o trabalhador e possibilitar-lhe criar uma família que possa assegurar no mercado uma oferta de trabalho sem diminuição." (TORRENS, R. *An Essay on the External Corn Trade*. Londres, 1815. p. 62.) A palavra trabalho está aí erroneamente em lugar de força de trabalho.

posta. Outros meios de subsistência, como roupas, móveis etc., gastam-se em períodos mais extensos de tempo e, por isso, só precisam ser repostos em períodos mais extensos de tempo. Mercadorias de uma espécie precisam ser compradas ou pagas diariamente, outras semanalmente, trimestralmente etc. Mas como quer que a soma dessas despesas se possa repartir durante, por exemplo, um ano, ela precisa ser coberta pela receita média dia por dia. Seja a massa das mercadorias exigidas diariamente para a produção da força de trabalho = A, a exigida semanalmente = B, a exigida trimestralmente = C etc., então a média diária dessas mercadorias seria = $\frac{365\ A + 52\ B + 4\ C + \text{etc}}{365}$.
Supondo-se que 6 horas de trabalho social estão contidas nessa massa de mercadorias necessária ao dia médio, então se objetiva diariamente na força de trabalho meio dia de trabalho social médio, ou meio dia de trabalho é exigido para a produção diária da força de trabalho. Esse *quantum* de trabalho exigido para sua produção diária forma o valor de um dia de força de trabalho ou o valor da força de trabalho reproduzida em um dia. Se meio dia de trabalho social médio se representa igualmente numa massa de ouro de 3 xelins ou em 1 táler, então 1 táler é o preço correspondente ao valor de um dia da força de trabalho. Se o possuidor da força de trabalho oferece-a por 1 táler ao dia, então o seu preço de venda é igual ao seu valor e, de acordo com nossos pressupostos, o possuidor de dinheiro, que cobiça transformar o seu táler em capital, paga esse valor.

O limite último ou limite mínimo do valor da força de trabalho é constituído pelo valor de uma massa de mercadorias, sem cujo suprimento diário o portador da força de trabalho, o homem, não pode renovar o seu processo de vida, sendo portanto o valor dos meios de subsistência fisicamente indispensáveis. Se o preço da força de trabalho baixa a esse mínimo, então ele cai abaixo do valor dela, pois assim ela só pode manter-se e desenvolver-se em forma atrofiada. Mas o valor de cada mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho requerido para fornecê-la com sua qualidade normal.

É sentimentalismo extraordinariamente barato considerar brutal essa determinação do valor da força de trabalho que decorre da natureza da coisa e lamentar-se, por exemplo, com Rossi:

> "Conceber a capacidade de trabalho (*puissance de travail*), abstraindo-se dos meios de subsistência do trabalho durante o processo de produção, significa conceber um ser da razão (*être de raison*). Quem diz trabalho, quem diz capacidade de trabalho, diz ao mesmo tempo trabalhador e meios de subsistência, trabalhador e salário".[272]

272 ROSSI. *Cours d'Écon. Polit*. Bruxelas, 1843. p. 370-371.

Quem diz capacidade de trabalho não diz trabalho, como quem diz capacidade de digestão tampouco diz digestão. Para esse último processo é reconhecidamente necessário mais do que um bom estômago. Quem diz capacidade de trabalho não abstrai dos meios necessários à sua subsistência. O valor deles é antes expresso no valor dela. Se não é vendida, de nada serve ao trabalhador, ele então a percebe muito mais como uma cruel necessidade natural que a sua capacidade de trabalho tenha exigido determinado *quantum* de meios de subsistência para sua produção e constantemente exige de novo para a sua reprodução. Ele descobre, então, com Sismondi:

> "A capacidade de trabalho (...) nada é se não é vendida".[273]

A natureza peculiar dessa mercadoria específica, a força de trabalho, faz com que, com a conclusão do contrato entre comprador e vendedor, seu valor de uso ainda não se tenha verdadeiramente transferido para as mãos do comprador. O seu valor, como o de qualquer outra mercadoria, estava determinado antes de ela entrar em circulação, pois determinado *quantum* de trabalho social havia sido gasto para a produção da força de trabalho, mas o seu valor de uso consiste na exteriorização posterior dessa força. Por isso, a alienação da força e a sua verdadeira exteriorização, ou seja, a sua existência como valor de uso, se separam no tempo. No caso de mercadorias,[274] porém, em que a alienação formal do valor de uso mediante a venda e sua verdadeira entrega ao comprador se separam no tempo, o dinheiro do comprador funciona geralmente como meio de pagamento. Em todos os países com modo de produção capitalista, a força de trabalho só é paga depois de ter funcionado durante o prazo previsto no contrato de compra, por exemplo, no final de cada semana. Por toda parte, portanto, o trabalhador adianta ao capitalista o valor de uso da força de trabalho; ele deixa consumi-la pelo comprador, antes de receber o pagamento de seu preço; por toda parte, portanto, o trabalhador fornece crédito ao capitalista. Que esse fornecimento de crédito não é nenhuma fantasia vã, mostra-o não só a perda ocasional do salário creditado quando ocorre bancarrota do capitalista,[275] mas também uma série de efeitos mais duradouros.[276] No entanto, nada muda na natureza do próprio

273 SISMONDI. *Nouv. Princ.* etc. t. I, p. 113.

274 "Todo trabalho é pago depois de concluído" (*An Inquiry into those Principles, Respecting the Nature of Demand* etc. p. 104). "O crédito comercial tinha de começar no momento em que o trabalhador, o primeiro criador da produção, estava em condições, com base em suas economias, de esperar pelo salário de seu trabalho até o final de uma a duas semanas, um mês, um trimestre etc." (GANILH. Ch. *Des Systèmes d'Écon. Polit.* 2ª ed., Paris, 1821. t. II, p. 150.)

275 "O trabalhador empresta seu esforço", mas, acrescenta Storch, astutamente: ele "nada arrisca", exceto "perder o seu salário (...) o trabalhador não transfere nada material." (STORCH. *Cours d'Écon. Polit.* Petersburgo, 1815, t. II, p. 36-37.)

276 Um exemplo. Em Londres existem duas espécies de padeiros, os *full priced*, que vendem o pão por seu valor pleno, e os *undersellers*, que o vendem abaixo desse valor. Essa última classe constitui 3/4 do número total dos padeiros (p. XXXII no *Report* do Comissário Go-

intercâmbio de mercadorias se o dinheiro funciona como meio de compra ou como meio de pagamento. O preço da força de trabalho está fixado contratualmente, ainda que ele só venha a ser realizado depois, como o preço do aluguel de uma casa. A força de trabalho está vendida, ainda que ela só seja paga posteriormente. Para a concepção pura da relação é, no entanto, útil pressupor, por enquanto, que o possuidor da força de trabalho recebe com sua venda cada vez e também prontamente o preço estipulado contratualmente.

Conhecemos agora a maneira pela qual é determinado o valor, que é pago ao possuidor dessa mercadoria peculiar, a força de trabalho, pelo possuidor de dinheiro. O valor de uso, que este último recebe por sua vez na troca, só se mostra na utilização real, no processo de consumo da força de trabalho. Todas as coisas necessárias a esse processo, como matéria-prima etc., o possuidor de dinheiro compra no mercado e paga seu preço integral. O processo de consumo da força de trabalho é, simul-

vernamental H. S. Tremenheere sobre as *Grievances complained of by the journeymen bakers* etc. Londres, 1862). Esses *undersellers* vendem, quase sem exceção, pão falsificado com a mistura de alúmen, sabão, potassa, cal, pó de pedra de Derbyshire e outros ingredientes saborosos, nutritivos e saudáveis. (Ver o Livro Azul acima citado, bem como o relatório do "Committee of 1855 on the Adulteration of Bread" e do dr. HASSALL. *Adulterations Detected*. 2ª ed., Londres, 1861.) Sir John Gordon declarou perante o Comitê de 1855 que "em conseqüência dessas falsificações, o pobre, que vive de 2 libras-peso de pão por dia, agora não recebe verdadeiramente nem a quarta parte do material nutriente, sem considerar os efeitos prejudiciais sobre sua saúde". Como motivo para que "uma parte muito grande da classe operária", ainda que bem informada sobre as falsificações, mesmo assim aceite na compra alúmen, pó de pedra etc., Tremenheere (1.c, p. XLVIII) informa que para eles "é uma questão de necessidade aceitar do seu padeiro ou do *chandler's shop** o pão como eles queiram fornecê-lo". Como eles só são pagos no final da semana de trabalho, só podem também "pagar no final da semana o pão consumido pela família durante a semana"; e, acrescenta Tremenheere, apoiado em assertivas de testemunhas: "É notório que pão preparado com tais misturas é feito expressamente para essa espécie de fregueses". ("It is notorious that bread composed of those mixtures, is made expressly for sale in this manner.") "Em muitos distritos agrícolas ingleses" (mas ainda mais em escoceses) "o salário é pago a cada catorze dias e até mesmo mensalmente. Com esses longos prazos de pagamento o trabalhador agrícola tem de comprar as suas mercadorias a crédito. (...) Ele tem de pagar preços mais altos e está preso de fato ao armazém que lhe fia. Assim, em Horningsham, em Wilts, onde o salário é mensal, a mesma farinha que em outro lugar, ele paga com 1 xelim e 10 pence, custa-lhe 2 xelins e 4 pence por *stone*".** ("Sixth Report" on "Public Health" by "The Medical Officer of the Privy Council etc.", 1864, p. 264.) "Os estampadores manuais de tecido de Paisley e Kilmarnock" (Escócia ocidental) "conquistaram em 1853, por meio de *strike*,*** a redução do prazo de pagamento de um mês para catorze dias". (*Reports of the Inspectors of Factories for 31st Oct*. 1853. p. 34.) Como outra espécie de desenvolvimento do crédito, que o trabalhador fornece ao capitalista, pode ser considerado o método de muitos proprietários ingleses de minas de carvão, pelo qual o trabalhador apenas é pago no fim do mês e, no meio tempo, recebe adiantamentos do capitalista, muitas vezes em mercadorias, que ele precisa pagar acima do preço do mercado (*Trucksystem*). "É uma prática costumeira dos donos de minas de carvão pagar a seus trabalhadores uma vez por mês e dar a seus trabalhadores um adiantamento a cada semana intermediária. Esse adiantamento é dado no armazém" (ou seja, no *tommy-shop* ou loja que pertence ao próprio patrão). "Os homens recebem-no de um lado do armazém e o gastam do outro." (*Children's Employment Commission, III Report*. Londres, 1864. p. 38, nº 192.)

* Loja de miudezas. (N. dos T.)

** Medida inglesa de peso equivalente a 6,35 quilos. (N. dos T.)

*** Greve. (N. dos T.)

taneamente, o processo de produção de mercadoria e de maisvalia. O consumo da força de trabalho, como o consumo de qualquer outra mercadoria, ocorre fora do mercado ou da esfera de circulação. Abandonemos então, junto com o possuidor de dinheiro e o possuidor da força de trabalho, essa esfera ruidosa, existente na superfície e acessível a todos os olhos, para seguir os dois ao local oculto da produção, em cujo limiar se pode ler: *No admittance except on business*.[277] Aqui há de se mostrar não só como o capital produz, mas também como ele mesmo é produzido, o capital. O segredo da fabricação de mais-valia há de se finalmente desvendar.

A esfera da circulação ou do intercâmbio de mercadorias, dentro de cujos limites se movimentam compra e venda de força de trabalho, era de fato um verdadeiro éden dos direitos naturais do homem. O que aqui reina é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham. Liberdade! Pois comprador e vendedor de uma mercadoria, por exemplo, da força de trabalho, são determinados apenas por sua livre-vontade. Contratam como pessoas livres, juridicamente iguais. O contrato é o resultado final, no qual suas vontades se dão uma expressão jurídica em comum. Igualdade! Pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade! Pois cada um dispõe apenas sobre o seu. Bentham! Pois cada um dos dois só cuida de si mesmo. O único poder que os junta e leva a um relacionamento é o proveito próprio, a vantagem particular, os seus interesses privados. E justamente porque cada um só cuida de si e nenhum do outro, realizam todos, em decorrência de uma harmonia preestabelecida das coisas ou sob os auspícios de uma previdência toda esperta, tão-somente a obra de sua vantagem mútua, do bem comum, do interesse geral.

Ao sair dessa esfera da circulação simples ou da troca de mercadorias, da qual o livre-cambista *vulgaris* extrai concepções, conceitos e critérios para seu juízo sobre a sociedade do capital e do trabalho assalariado, já se transforma, assim parece, em algo a fisionomia de nossa *dramatis personae*.[278] O antigo possuidor de dinheiro marcha adiante como capitalista, segue-o o possuidor de força de trabalho como seu trabalhador; um, cheio de importância, sorriso satisfeito e ávido por negócios; o outro, tímido, contrafeito, como alguém que levou a sua própria pele para o mercado e agora não tem mais nada a esperar, exceto o — curtume.

277 Não se permite a entrada a não ser a negócio. (N. dos T.)
278 Personagens do drama. (N. dos T.)